

Termo de Referência 126/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
126/2024	153164-UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA. MARIA/RS	AIDA TERESINHA LOPES BRITES	19/07/2024 14:48 (v 1.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23081.070158/2024-75

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços para **Contratação de serviços de pessoa jurídica com o objetivo de proporcionar treinamento e capacitação (teórico e prático) na área de Saúde e Segurança do Trabalho**, nos termos da planilha anexa, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. As quantidades constantes da relação anexa serão fornecidas pela Licitante Vencedora, relativas a cada item, mediante a emissão da Nota de Empenho, de acordo com o disposto neste Edital e condições expressas na proposta, através de fornecimento parcial, de acordo com as necessidades da Unidade Solicitante da UFSM.

1.2. Os bens/serviço objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois são bens usuais de mercado e não há necessidade de projetos adicionais para a formulação das propostas por parte da(s) empresa(s) participante(s).

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O produto/serviço fornecido fora das especificações ficará sujeito à imediata substituição pelo fornecedor, sem qualquer ônus à UFSM.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares em anexo aos autos do processo.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexados aos autos do presente processo.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto, exceto para os casos previstos na planilha anexa.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a *dinâmica descrita na Listagem anexa*.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

6.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.10 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens/serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.7.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.8.1. o prazo de validade;

7.8.2. a data da emissão;

7.8.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.8.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.8.5. o valor a pagar; e

7.8.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.22. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.23. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.24. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.25. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.26. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO UNITÁRIO

8.2. O fornecimento do objeto será único

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. **Ato de autorização para o exercício da atividade:** **NÃO SE APLICA PARA ESTA LICITAÇÃO.**

8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Qualificação Técnica

8.20. Apresentar comprovação de que possui vínculo, na data prevista para a entrega da proposta, com profissional(is) devidamente habilitado(s) (comprovação de conclusão de curso específico na área de atuação reconhecido pelo sistema oficial de ensino) e registrado(s) na entidade competente (CREA, CRT ou CFT).

8.21. A licitante deverá comprovar a sua qualificação, mediante a apresentação, em uma única via, de cópia(s) autenticada(s), ou cópia(s) acompanhada(s) do(s) original(is), de atestado(s), expedido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão para desempenho de atividades pertinentes ao objeto da licitação. No(s) atestado(s) deverá constar o nome da pessoa de contato e telefone. Caso conste informações desatualizadas no(s) atestado(s) a licitante deverá informar os dados atualizados.

8.22. Caso tenha a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.22.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.22.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.22.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.22.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.22.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.22.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.22.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 51.765,04

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. *O custo estimado total da contratação é de R\$ 51.765,04. (cinquenta e um mil setecentos e sessenta e cinco reais com quatro centavos), conforme custos unitários apostos na listagem anexa*

9.2. *Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):*

9.2.1. *em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

9.2.2. *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

9.2.3. *serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*

9.2.4. *poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (SRP)

10.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será indicada por ocasião da emissão da Nota de Empenho ou de outro instrumento hábil.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543](#),

de 13 de novembro de 2020.

AIDA TERESINHA LOPES BRITES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 19/07/2024 às 14:47:52.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Listagem Anexa ao TR 126 do Pregao 90023.pdf (48.33 KB)

Anexo I - Listagem Anexa ao TR 126 do Pregao 90023. pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM
95591764000105
Anexo ao Termo de Referência

Item	Especificação	Nat. Despesa	Catálogo	Unidade	Preço Máximo	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
	<ul style="list-style-type: none">- Deslocamento em linha de vida horizontal;- Instalação de sistema temporário de proteção contra quedas em trabalho em altura;- Técnicas e aplicação de ancoragem desbloqueável;- Técnicas de resgate indireto e direto;- Técnicas e aplicação de acesso por cordas.							
	<p>RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA</p> <p>Responsável técnico: A CONTRATADA deverá apresentar comprovação de que possui vínculo, na data prevista para a entrega da proposta, com profissional(is) devidamente habilitado(s) (comprovação de conclusão de curso específico na área de atuação reconhecido pelo sistema oficial de ensino) e registrado(s) na entidade competente (CREA, CRT ou CFT).</p> <p>Instrutores: A CONTRATADA deverá apresentar um instrutor e um auxiliar de instrutor ambos designados pelo responsável técnico da empresa contratada, que devem possuir comprovada proficiência no assunto, preferencialmente Técnicos em Segurança do Trabalho ou Engenheiros de Segurança do Trabalho.</p> <p>Material Didático: A CONTRATADA deverá fornecer material didático composto por, no mínimo, apostila encadernada, impressa em 04 quatro cores, folha A4 e material de formato digital.</p> <p>Certificados: A CONTRATADA deverá efetuar ao final dos treinamentos avaliação escrita contendo 20 questões objetivas, uma para cada treinamento. Os participantes que obtiverem nota inferior a 70% da avaliação receberão apenas Certificado de Participação do Treinamento. Os que obtiverem nota superior a 70 % deverão receber o Certificado de Aprovação. Os certificados de Aprovação deverão conter os seguintes dados:</p>							

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM
95591764000105
Anexo ao Termo de Referência

Item	Especificação	Nat. Despesa	Catálogo	Unidade	Preço Máximo	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
	a) nome completo do treinando com Registro Geral (RG); b) Carga horária; c) período de treinamento; d) Nome, habilitação e registro do instrutor; e) Nome, habilitação e registro do responsável técnico; f) norma aplicada; g) conteúdo aplicado; Os certificados individuais, deverão ser entregues ao Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, em até 07 (sete) dias úteis após o encerramento do treinamento; Material prático: A CONTRATADA deverá fornecer todo material e equipamentos necessários para a execução das aulas práticas, possuindo um conjunto de cinto de segurança tipo paraquedista, talabarte tipo Y, capacete, luvas e óculos, sendo um conjunto para cada participante; Local para práticas: O local do treinamento prático deverá ser na cidade de Santa Maria/RS. A CONTRATADA deverá dispor de um CENTRO DE TREINAMENTO contendo simuladores para trabalho em altura, devendo apresentar, na fase de aceitação das propostas, imagens da estrutura, laudo técnico da estrutura emitido por profissional legalmente habilitado, endereço completo do local e um celular de contato do responsável pelo local, caso a UFSM julgue necessário realizar diligência ao local indicado. Caso opte por utilizar CENTRO DE TREINAMENTO de outra empresa, a licitante deverá providenciar as imagens, laudo e informações descritas acima. Despesas com transporte, deslocamento, alimentação e hospedagem dos instrutores devem estar incluídos na proposta.							
2	REF (CTI1429) TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO (TEÓRICO E PRÁTICO) PARA TRABALHOS EM ESPAÇOS CONFINADOS Destinado a alunos/professores do Curso Técnico em Segurança do Trabalho do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria/UFSM, em atendimento a Norma Regulamentadora nº 33 do Ministério do	3.3.9.0.39.48		Unidade	12.947,7200	2,00		

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM								
95591764000105								
Anexo ao Termo de Referência								
Item	Especificação	Nat. Despesa	Catálogo	Unidade	Preço Máximo	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
	<p>Trabalho e Previdência.</p> <p>Previsão de realização do curso: 2º semestre de 2024 e 1º semestre de 2025, em datas a serem definidas.</p> <p>Carga horária total: 16 horas.</p> <p>Parte teórica (8h), local - Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM) - UFSM (a ser realizada no turno da noite).</p> <p>Parte prática (8h), local definido pela empresa, na cidade de Santa Maria/RS (a ser realizada nos turnos da manhã e da tarde).</p> <p>Número de participantes: até 30.</p> <p>PROCEDIMENTOS E METODOLOGIAS APLICADAS</p> <p>MÓDULO 1: ENTENDIMENTO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL</p> <p>a) NBR 14787 e 14606;</p> <p>b) A NR 33 na íntegra;</p> <p>c) Interface com as demais legislações de saúde e segurança do trabalho.</p> <p>MÓDULO 2: GESTÃO DOS RISCOS EM ESPAÇOS CONFINADOS</p> <p>a) Definições e conceitos;</p> <p>b) Energias Perigosas (conceitos, tipos e formas de controle);</p> <p>c) Atmosferas explosivas (áreas classificadas (conceitos e tipos), equipamentos e técnicas utilizados em áreas classificadas (tipos e proteções);</p> <p>d) Atmosfera IPVS;</p> <p>e) Riscos nos espaços confinados (reconhecimento);</p> <p>f) Métodos de avaliação dos riscos (equipamentos e técnicas utilizadas para avaliação dos riscos em espaços confinados);</p> <p>g) Medidas de controle dos riscos.</p> <p>MÓDULO 3: PROTEÇÃO DE RESPIRATÓRIA EM ESPAÇOS CONFINADOS</p> <p>a) Funcionamento do Sistema Respiratório;</p> <p>b) Agentes químicos;</p> <p>c) Equipamentos de proteção respiratória (tipos e utilização);</p> <p>d) Critério de seleção de respiradores;</p> <p>e) Filtros: classes, tipos e mecanismos de captura dos gases e particulados;</p> <p>e) Fatores de proteção atribuída aos respiradores;</p>							

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM
95591764000105
Anexo ao Termo de Referência

Item	Especificação	Nat. Despesa	Catálogo	Unidade	Preço Máximo	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
	f) Ensaios de vedação: Método Quantitativo e Qualitativo; g) Uso de equipamentos de suprimento de ar (fluxo contínuo/de demanda com pressão positiva); h) Aplicação do PPR em Espaços Confinados.							
	MÓDULO 4: TÉCNICAS DE VENTILAÇÃO PARA ESPAÇOS CONFINADOS a) Porque ventilar os espaços confinados; b) Tipos de ventilação; c) Equipamentos e sistemas para ventilação; d) Arranjos para utilização da ventilação em espaços confinados.							
	MÓDULO 5: SISTEMÁTICA DA LIBERAÇÃO DA PET a) Procedimentos e utilização da Permissão de Entrada e Trabalho – PET.							
	MÓDULO 6: ABORDAGEM PRÁTICA a) Resgate em espaço confinado; b) Manuseio dos equipamentos de avaliação de riscos (detector de gases). c) Manuseio, montagem, operação e uso do sistema de resgate e de proteção individual; d) Aplicação dos equipamentos de proteção individual e procedimentos de segurança; e) Aprendizado dos nós; f) Deslocamento vertical com talabarte Y e Trava-quedas; g) Deslocamento com talabarte Y em linha de vida horizontal; h) Instalação de sistema temporário de proteção contra quedas; i) Técnicas de ancoragem desbloqueável; j) Técnica de resgate indireto; k) Noções básicas em técnicas de acesso por cordas.							
	RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA Responsável técnico: A CONTRATADA deverá apresentar comprovação de que possui vínculo, na data prevista para a entrega da proposta, com profissional(is) devidamente habilitado(s) (comprovação de conclusão de curso específico na área de atuação reconhecido pelo sistema							

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM

95591764000105

Anexo ao Termo de Referência

Item	Especificação	Nat. Despesa	Catálogo	Unidade	Preço Máximo	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
	oficial de ensino) e registrado(s) na entidade competente (CREA, CRT ou CFT).							
	Instrutores: A CONTRATADA deverá apresentar um instrutor e um auxiliar de instrutor ambos designados pelo responsável técnico da empresa contratada, que devem possuir comprovada proficiência no assunto, preferencialmente Técnicos em Segurança do Trabalho ou Engenheiros de Segurança do Trabalho.							
	Material Didático: A CONTRATADA deverá fornecer material didático composto por, no mínimo, apostila encadernada, impressa em 04 quatro cores, folha A4 e material de formato digital.							
	Certificados: A CONTRATADA deverá efetuar ao final dos treinamentos avaliação escrita contendo 20 questões objetivas, uma para cada treinamento. Os participantes que obtiverem nota inferior a 70% da avaliação receberão apenas Certificado de Participação do Treinamento. Os que obtiverem nota superior a 70% deverão receber o Certificado de Aprovação. Os certificados de Aprovação deverão conter os seguintes dados: a) nome completo do treinando com Registro Geral (RG); b) Carga horária; c) período de treinamento; d) Nome, habilitação e registro do instrutor; e) Nome, habilitação e registro do responsável técnico; f) norma aplicada; g) conteúdo aplicado; Os certificados individuais, deverão ser entregues ao Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, em até 07 (sete) dias úteis após o encerramento do treinamento.							
	Material prático: A CONTRATADA deverá fornecer todo material e equipamentos							

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM								
95591764000105								
Anexo ao Termo de Referência								
Item	Especificação	Nat. Despesa	Catálogo	Unidade	Preço Máximo	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
	<p>necessários para a execução das aulas práticas, possuindo um conjunto de cinto de segurança tipo paraquedista, talabarte tipo Y, capacete, luvas e óculos, sendo um conjunto para cada participante;</p> <p>Local para práticas:</p> <p>O local do treinamento prático deverá ser na cidade de Santa Maria/RS.</p> <p>A CONTRATADA deverá dispor de um CENTRO DE TREINAMENTO contendo simuladores para trabalhos em espaços confinados, devendo apresentar, na fase de aceitação das propostas, imagens da estrutura, laudo técnico da estrutura emitido por profissional legalmente habilitado, endereço completo do local e um celular de contato do responsável pelo local, caso a UFSM julgue necessário realizar diligência ao local indicado.</p> <p>Caso opte por utilizar CENTRO DE TREINAMENTO de outra empresa, a licitante deverá providenciar as imagens, laudo e informações descritas acima.</p> <p>As despesas referentes a transporte, deslocamento, alimentação e hospedagem dos instrutores devem estar incluídas na proposta.</p> <p>OBSERVAÇÕES:</p> <p>Em até 30 dias após a emissão do empenho, A Licitante Vencedora deverá iniciar e concluir o treinamento. O CTISM fará contato com o fornecedor para agendar o treinamento. Conforme a carga horária definida, o treinamento ocorrerá em duas noites em dias de semana e num sábado pela manhã e tarde, em data a ser combinada entre as partes, que poderá ser entre 01/08/2024 e 20/12/2024 e entre 01/03/2025 e 31/07/2025</p> <p>Não será permitida a subcontratação. A subcontratação é viável apenas para o local de execução (caso o fornecedor seja de fora e necessite local espaço em Santa Maria para realizar o treinamento) e para o responsável técnico e instrutores, cujo vínculo com o fornecedor não precisa ser, necessariamente, empregatício.</p>							

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM

95591764000105

Anexo ao Termo de Referência

Informar:

Razão Social da Empresa: _____

CNPJ: _____

Endereço, Local e Estado: _____

Cep: _____ Fone/Fax: _____ Telex: _____

Nome do Banco: _____ Nome da Agência: _____ Número da Agência: _____

Número Conta Bancária: _____ Data: ____/____/____

Assinatura